

Contribuições da perspectiva negra para a teoria social brasileira

Contributions de la perspective noire à la théorie sociale brésilienne
Contributions of the black perspective to Brazilian social theory
Aportaciones de la perspectiva negra a la teoría social brasileña

Luciana Oliveira Vieira¹
Orcid: 0000-0003-2213-6665

Resumo

O presente trabalho é resultado de um estudo realizado para a disciplina de Tópicos Avançados em Teorias Sociológicas no doutorado (em andamento) em Sociologia na Universidade Federal de Sergipe. Por meio de uma revisão bibliográfica sobre os estudos pós-coloniais e decoloniais, apresentamos uma linha histórica e os principais autores dessas teorias. Na esteira do pensamento da pesquisadora Grada Kilomba (2019) e da socióloga Nilma Lino Gomes (2018), realizamos uma crítica à “política do esquecimento”, mencionada por Ângela Figueiredo e Ramon Grosfoguel (2007), a qual autores negros brasileiros foram invisibilizados nas universidades nacionais, e a relevância de suas teorias para pensar a situação social do país. O objetivo do artigo não foi fixar autores negros em uma corrente teórica, mas reivindicar a inclusão desses autores, a citar Lélia González, Beatriz Nascimento, Guerreiro Ramos, Abdias Nascimento e entre outros, nas ementas dos cursos de Ciências Sociais do país e reforçar a importância de seus pensamentos para a teoria social brasileira.

Palavras-chave: Teoria social brasileira; perspectiva negra; teoria descolonial; racismo epistêmico.

Résumé

Cet article est le résultat d'une étude réalisée dans le cadre du sujet "Advanced Topics in Sociological Theories" du doctorat (en cours) en sociologie de l'Université fédérale de Sergipe. A travers une revue bibliographique des études postcoloniales et décoloniales, nous présentons une ligne historique et les principaux auteurs de ces théories. Dans le sillage des réflexions de la chercheuse Grada Kilomba (2019) et de la sociologue Nilma Lino Gomes (2018), nous critiquons la "politique de l'oubli" mentionnée par Ângela Figueiredo et Ramon Grosfoguel (2007), dans laquelle les auteurs noirs brésiliens ont été invisibilisés dans les universités nationales, et la pertinence de leurs théories pour penser la situation sociale du pays. L'objectif de l'article n'est pas de rattacher les auteurs noirs à un courant théorique, mais d'exiger l'inclusion de ces auteurs, tels que Lélia González, Beatriz Nascimento, Guerreiro Ramos, Abdias Nascimento et d'autres, dans les programmes des cours de sciences sociales du pays et de renforcer l'importance de leurs pensées pour la théorie sociale brésilienne.

Mots-clés : théorie sociale brésilienne ; perspective noire ; théorie décoloniale ; racisme épistémique.

Abstract:

The present paper is the result of a study carried out for the subject Advanced Topics in Sociological Theories in the PhD (in progress) in Sociology at the Federal University of

¹ Mestra em Cinema e Narrativas Sociais (PPGCINE/UFS) e doutoranda em Sociologia (PPGS/UFS). **E-mail:** luoliveira.vieira@gmail.com.

Sergipe. Through a literature review on postcolonial and decolonial studies, we present a historical line and the main authors of these theories. In the wake of the thought of researcher Grada Kilomba (2019) and sociologist Nilma Lino Gomes (2018), we perform a critique of the "politics of forgetfulness" mentioned by Ângela Figueiredo and Ramon Grosfoguel (2007), to which black Brazilian authors have been invisibilized in national universities, and the relevance of their theories to think about the social situation of the country. The objective of the article was not to fix black authors in a theoretical current, but to claim the inclusion of these authors, such as Lélia González, Beatriz Nascimento, Guerreiro Ramos, Abdias Nascimento and others, in the menus of Social Science courses in the country and to reinforce the importance of their thoughts for the Brazilian social theory.

Keywords: Brazilian social theory; black perspective; decolonial theory; epistemic racism.

Resume:

El presente trabajo es el resultado de un estudio realizado para la asignatura Temas Avanzados en Teorías Sociológicas del Doctorado (en curso) en Sociología de la Universidad Federal de Sergipe. A través de una revisión bibliográfica sobre los estudios postcoloniales y decoloniales, presentamos una línea histórica y los principales autores de estas teorías. En la estela del pensamiento de la investigadora Grada Kilomba (2019) y de la socióloga Nilma Lino Gomes (2018), realizamos una crítica a la "política del olvido", mencionada por Ângela Figueiredo y Ramon Grosfoguel (2007), a la cual los autores negros brasileños han sido invisibilizados en las universidades nacionales, y a la relevancia de sus teorías para pensar la situación social del país. El objetivo del artículo no fue fijar autores negros en una corriente teórica, sino reivindicar la inclusión de estos autores, como Lélia González, Beatriz Nascimento, Guerreiro Ramos, Abdias Nascimento y otros, en los menús de los cursos de Ciencias Sociales en el país y reforzar la importancia de sus pensamientos para la teoría social brasileña.

Palabras clave: Teoría social brasileña; perspectiva negra; teoría decolonial; racismo epistémico.

1. Introdução

Este artigo apresenta algumas questões a respeito da importância das contribuições de intelectuais negros e das teorias decoloniais como um horizonte para as perspectivas plurais de leitura das relações sociais brasileiras. A descolonialidade visa uma produção de conhecimento que não se adegue à lógica colonial, valorizando saberes e

comunidades subalternizados e invisibilizados. No Brasil, intelectuais da atualidade reivindicam lentes afrocentradas para compreender o nosso contexto e suas implicações históricas, reconhecendo os saberes cruzados que refletem a nossa origem, como Muniz Sodré, Antônio Nego Bispo, Zélia Amador, Ailton Krenak, Leda Maria Martins e outros².

Realizamos um debate crítico sobre o

² Os pensamentos dos autores citados são de fundamental importância e nos possibilita questionar a exclusividade do pensamento ocidental como unicamente validada no interior das universidades, por se debruçar na filosofia de forma aprofundada e crítica. Porém, como a intenção não é nos aprofundarmos em seus trabalhos aqui nesse artigo, recomendamos acessar as obras dos intelectuais.

discurso da sociologia hegemônica brasileira que, a partir das correntes patriarcal-patrimonial e da sociologia da dependência (Tavolaro, 2005), supervalorizou os padrões eurocêntricos de relações sociais herdadas do processo da modernidade colonial, estabelecendo uma exclusão do negro como sujeito histórico nos estudos sociológicos. Para isso, partimos das discussões levantadas pelos sociólogos brasileiros Sérgio Costa (2006), em seu artigo “Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial”, e o trabalho de Sérgio Tavolaro (2005), intitulado “Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico”.

Foi destacada a produção da socióloga Nilma Lino Gomes (2018), que procurou defender uma “perspectiva negra decolonial” para reforçar uma crítica antiga realizada por intelectuais negros brasileiros às correntes da sociologia hegemônica e sua defesa a política de embranquecimento do Brasil, bem como a determinação da população negra como um “problema”. A socióloga discute as diferenças nos estudos das Ciências Sociais, campo em que, desde 1950, as críticas realizadas por sociólogos, filósofos e historiadores negros em trabalhos científicos são ignoradas. Dessa forma, analisa a produção de intelectuais negros como uma possibilidade de um pensamento decolonial.

Todavia, apesar da importância de o trabalho da socióloga brasileira ser fundamental para nossa reflexão, e a sua contribuição

para evidenciar intelectuais negros invisibilizados, é importante tensionar o termo “decolonial” e sua origem, ao nos propormos, aqui, abordar essa discussão. A noção de decolonialidade é recente e parte do trabalho do grupo de estudos Modernidade/Colonialidade (M/C), formado por intelectuais de diferentes países da América Latina e dos Estados Unidos, e com a ausência de intelectuais brasileiros e integrantes em sua maioria de homens brancos, uma mulher branca e sem a presença de pesquisadores negros.

Nesse sentido, chamamos a atenção para a proposta de “descolonização” da pesquisadora Grada Kilomba, no livro *Memórias da Plantação* (2019), no qual realiza uma crítica necessária à manutenção de um saber universal no interior das universidades em detrimento de um saber considerado acientífico. Suas reflexões nos ajudam a questionar o que ela nomeia de *mito da neutralidade* e como esse sistema anula a possibilidade de voz de intelectuais negros na academia.

Para a autora, a descolonização “demanda de uma epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, pois todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas – não há discursos neutros” (Kilomba, 2019, p. 58). É a partir dessa lógica que proponho olharmos para os autores negros brasileiros aqui citados.

A professora Leda Maria Martins (2021), em seus estudos sobre o “tempo

espiralar”, explica como o ocidente dicotomizou a escrita e a oralidade, tornando uma das expressões mais marcantes da produção de saber dos povos africanos, inferior, ainda que em África já existisse a produção de saber por vias da escrita e do corpo simultaneamente, sem hierarquia entre elas.

A palavra oraliturizada se inscreve no corpo e em suas escansões. E produz conhecimento. Ao contrário do pensamento preconceituoso europeu que desqualificava África como continente pensante. Esse tipo de raciocínio excludente deve-se em muito à falsa dicotomia entre a oralidade e a escrita, enfatizada pelo Ocidente, que prioriza a linguagem discursiva escrita como modo exclusivo e privilegiado de postulação e expansão do conhecimento. Esse modo se institui pela primazia da concepção linear e progressiva do tempo e se realiza, como pensamento, pelo quase absoluto domínio da escrita alfabética como plataforma de grafias de fixação de sua narratologia e de suas escrituras, ignorando ou preterindo outros modos de fixação dos saberes, dentre eles os que se perfazem pela voz em suas ressonâncias nas corporeidades (Martins, 2021, p. 32).

O que a autora chamará de oralitura é justamente o saber produzido pelo corpo e suas performances. Nos termos da autora, um saber encorpado, pois “dançava-se a palavra, cantava-se o gesto” (Martins, 2021, p. 36). Esses saberes encorpados de variados povos de África vieram na travessia do Atlântico para as Américas e aqui se misturaram com outros saberes da diáspora, resultando em uma encruzilhada de saberes, a partir do trauma

ocasionado pelo contexto colonial. Na compreensão das filosofias e religiões de origem africanas, a encruzilhada é um lugar sagrado e que implica pensamento e ação.

Na concepção filosófica de muitas culturas africanas e afro-brasileiras, assim como nas religiões ali referenciadas, a encruzilhada é o lugar sagrado das intermediações entre sistemas e instâncias de conhecimento diversos, sendo frequentemente traduzida por um cosmograma que aponta para o movimento circular do cosmos e do espírito humano que gravitam na circunferência de suas linhas de interseção. É assim, como pensamento e ação, *lôcus* de desafios e reviravoltas; compressão e dispersão; espacialidade icônica que cartografa os inúmeros e diversos movimentos de recriação, improviso e assentamento das manifestações culturais e sociais, entre elas as estéticas e também as políticas, em seu sentido e espectro amplos (Martins, 2021, p. 51).

A encruzilhada, neste sentido, nos remete a movimento, a uma ideia de tempo que não é fixa, que se volta para frente e para trás, se remodela, se recria e é circular. Para caminhar para um futuro é preciso entender o passado, colher no conhecimento da ancestralidade a sabedoria dos que viveram antes. Deste modo, o sentido circular se dá nesse contato entre o mundo espiritual e o mundo humano e não de forma separada. Então, a encruzilhada, nesta concepção, será representada pelo orixá Èsù, “é o que apresenta e que assenta a ontologia do tempo na cosmogonia iorubá, pois é, em si mesmo, a própria ontologia, tempo que

simultaneamente curva-se para frente e para trás” (Martins, 2021, p. 53).

Nesse sentido, é preciso mirar à frente sem esquecer o processo histórico, tão importante nas teorias pós-coloniais e um processo que não é linear, como apresenta o conhecimento ocidental. A resposta está dentro e não fora de nossas estruturas locais, sendo necessário escutar e ler a situação social do Brasil com o olhar de dentro, com os pensadores que há muito tempo apresentam teses sobre o problema da lógica colonial ainda presente na estrutura social do país. Esse sistema mantém a população negra e indígena fora da validação do que é conhecimento científico, em cenários de subalteridade e longe dos espaços de poder.

Partindo deste contexto, colocamos à mesa as análises de Brasil desenvolvidas pelo sociólogo Alberto Guerreiro Ramos (1995) e suas críticas a uma sociologia brasileira que se propunha excludente com relação aos negros, definindo a busca pelo embranquecimento como uma “patologia social do branco brasileiro”. Fazemos um diálogo de seu pensamento com o dramaturgo, pesquisador e político Abdias Nascimento (2019), que também realizou críticas importantes à sociologia hegemônica brasileira e desenvolveu estudos como o *Quilombismo*. Ao tomar como referência o quilombo sendo uma reunião fraterna e livre, na perspectiva existencial da solidariedade, convivência e comunhão, o autor desenvolveu uma proposta política de

organização social baseada nos termos de Palmares e inclusiva não só para o negro, mas para toda a população em território brasileiro.

A fim de somar a essa discussão, na perspectiva negra recorreremos também ao pensamento de Beatriz Nascimento (2021), que assim como Abdias, reivindicou o conceito de quilombo enquanto sistema social alternativo organizado pelos negros no Brasil, observando não apenas como espaço geográfico ou território, mas como uma ideologia e uma política que é pulsante desde as favelas às escolas de samba. Foi essa historiadora nordestina que reivindicou “uma história feita por mãos negras” (Nascimento, 2021) no país.

Por fim, utilizamos o pensamento da filósofa Lélia Gonzalez (2020), com sua crítica à política de embranquecimento e à valorização da imigração europeia, como intenção do governo brasileiro de se tornar um país branco por meio da miscigenação. Corroborando com os discursos dos intelectuais supracitados, a autora defende um projeto de nação “efetivamente de democracia, de sociedade justa, com todos os segmentos que a acompanham e igualitária com relação a todos os segmentos” (Gonzalez, 2020, p. 252). Ou seja, uma nação em que possa caber formas pluriversais de epistemes, de identidades, de culturas etc; um território onde de fato todos sejam considerados cidadãos com direitos básicos garantidos, com suas humanidades reconhecidas e respeitadas.

Deste modo, a partir da “política do esquecimento”, definida pelos sociólogos latino-americanos Ângela Figueiredo e Ramon Grosfoguel (2007), abordamos sobre o processo de apagamento da memória das novas gerações em relação à contribuição acadêmica de autores negros. Mediante esta formulação, questionamos a raridade e a ausência de autores negros nas bibliografias dos cursos de Ciências Sociais e afirmamos a importância da inclusão desses autores como leitura obrigatória para que possamos pensar e analisar o Brasil a partir de perspectivas plurais.

É importante destacar que a intenção deste artigo não é esgotar a discussão aqui proposta, nem definir os autores negros aqui lembrados como pertencente das correntes de pensamento aqui apresentadas, mas consideramos fazer um esforço a partir da ideia de descolonização para enfatizar a importância de inclusão e do reconhecimento de autoras e autores negros nas ementas das universidades. E, em especial, afirmar a importância desses estudos para o desenvolvimento político do Brasil por possibilitarem formas contra-hegemônicas de análise que também incluam a intersecção entre raça, gênero e classe.

2. Pós-coloniais e decoloniais: diferenças e tensões raciais

No texto “Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial”, o sociólogo brasileiro Sérgio Costa (2006) destaca o pensamento de autores pós-coloniais e

suas críticas às Ciências Sociais enquanto disciplina, que contribuíram com a polarização do mundo, determinando o Ocidente como civilizado e moderno e o resto do mundo como primitivo e selvagem. Nos termos de Stuart Hall,

[...] o discurso *West/Rest*, conforme Hall, não é dominante apenas no âmbito desses primeiros trabalhos das ciências humanas, ele se torna um dos fundamentos da sociologia moderna que toma as normas sociais, as estruturas e os valores encontrados nas sociedades denominadas ocidentais como o parâmetro universal que define o que são sociedades modernas. Assim, sob a lente da sociologia, as especificidades das sociedades “não ocidentais” passam a figurar como ausência e incompletude, em face do padrão moderno, depreendido exclusivamente das “sociedades ocidentais” (Costa, 2006, p. 119).

As Ciências Sociais foram bastante afetadas por este ideal ocidental, e neste artigo desenvolvemos o debate, sobretudo no que diz respeito à disciplina no Brasil, que permanece sustentada em cânones de países europeus e dos Estados Unidos.

Costa (2006) ainda destaca que os estudos pós-coloniais não constituem propriamente uma matriz teórica única, mas que as diferentes orientações possuem a intenção de levantar críticas às concepções dominantes de modernidade. Nesse sentido, é importante realizarmos uma breve linha histórica e geográfica dessas teorias e suas diferentes correntes em três momentos: o pós-colonialismo

anticolonial, o pós-colonialismo canônico e o pós-colonialismo decolonial.

O pós-colonialismo anticolonial será marcado pela soma da teoria e *práxis* de intelectuais, ativistas e lideranças, deixando uma produção dispersa, não necessariamente acadêmica, institucionalizada e disciplinada, como afirma Luciana Ballestrin (2017). As reflexões dos autores desse período estarão fortemente ligadas aos processos de luta por libertação e por independência de países da África e da Ásia.

Por sua vez, nesse primeiro momento, se destacarão Frantz Fanon e Aimée Cesaire, nascidos na Martinica, e o tunisiano Albert Memmi, sendo todos com formação na França (Ballestrin, 2017). O envolvimento do psiquiatra Frantz Fanon com a Frente de Libertação Nacional da Argélia a favor da Guerra de Independência da Argélia contra a França, é marcante para podermos entender o nível de envolvimento prático que um intelectual como ele dedicava.

A autora também destaca Amílcar Cabral (Guiné-Bissau), Che Guevara (Argentina), Ho Chi Minh (Vietnã) e Jean-Paul Sartre (França) por tais autores já apresentarem discussões em torno da identidade como fundamental problematização do colonizado *versus* colonizador, e do racismo a serviço do colonialismo (Ballestrin, 2017). Importante explicar que os autores destacados por Ballestrin nessa primeira fase do pensamento pós-colonial, não partiam do mesmo lugar epistemológico,

geográfico e de identidade que os autores negros e não negros. Ela apresenta uma diversidade de autores com pensamentos distintos e que produziram sua contribuição na luta contra o colonialismo.

A segunda fase do pós-colonialismo será marcada por estudos que observaram os efeitos da colonialidade, da representação e das formas simbólicas que realizam a manutenção do imperialismo. Essa fase será conhecida como pós-colonialismo canônico, em razão do perfil de seus autores, que estavam atuando nos espaços acadêmicos e possuíam relação exclusivamente com o fazer teórico (Ballestrin, 2017). Apesar do termo “canônico” ser utilizado pela autora, é importante não o naturalizar, tendo em vista que é um termo usual na academia para se referir a “clássicos”, autores brancos “autorizados” no sistema do mito da neutralidade. Os autores citados nessa segunda fase do pós-colonialismo são intelectuais que apesar de falarem geograficamente do centro, possuem em suas identidades negras, indianas, jamaicana e palestina, vivências dolorosas de exclusão. Nesse sentido, a partir deste ponto, nos referimos apenas como segunda fase do pós-colonialismo.

Ainda segundo Ballestrin, a publicação do livro *Orientalismo*, do palestino Edward Said (1978), marca esse momento da teoria pós-colonial em que o autor realiza uma análise discursiva de textos literários e culturais europeus. Said também discute a invenção do Oriente pelo Ocidente, que refletirá nas

mais diversas representações negativas que o imperialismo europeu e americano criará dos povos do Oriente Médio como estratégia para manutenção de poder (Ballestrin, 2017). A sua obra é importante por fazer uma crítica essencial ao humanismo e ao universalismo criado pela Europa em sua invenção de ocidente, e essa ideologia eurocêntrica fez da Europa e do Ocidente as bases para o julgamento da história universal.

Dentre os nomes importantes desta fase, estão os indianos Homi Bhabha e Gayatri Spivak³, o sociólogo inglês Paul Gilroy e o jamaicano, com formação inglesa, Stuart Hall. Essas reflexões teóricas transcenderão a discussão da revolução anticolonial para possibilitar um olhar sobre como a colonialidade opera no sentido simbólico da representação de grupos subalternizados. As questões de raça e gênero serão alguns dos temas destacados nesses trabalhos a partir dos conceitos de identidade e diferença, sofrendo influência do pós-estruturalismo e de autores como Jacques Derrida e Michael Foucault.

Já na década de 1990, um novo movimento teórico conhecido como pós-coloniais decoloniais⁴ surge na América Latina, primeiramente como uma versão do Grupo de Estudos Subalternos no continente, que posteriormente se transforma no grupo Modernidade/Colonialidade, após um rompimento teórico com o pensamento dos autores da segunda fase pós-colonial.

Formam esse grupo teóricos como Walter Mignolo (Argentina), Ramon Grosfoguel (Porto Rico), Nelson Maldonado-Torres (Porto Rico), Catherine Walsh (Estados Unidos), Arthuro Escobar (Colômbia), Santiago Castro-Gómez (Colômbia), Eduardo Restrepo (Colômbia), Enrique Dussel (Argentina) e Aníbal Quijano (Peru). O objetivo dos decoloniais é recuperar as contribuições latino-americanas do pós-colonialismo anticolonial, ao mesmo tempo em que pretende se afastar da segunda fase pós-colonial, inserindo a América Latina no debate e radicalizando a crítica à modernidade e ao eurocentrismo (Ballestrin, 2017).

³ Necessário destacar o trabalho realizado por pesquisadores indianos dentro do que foi chamado de Estudos Subalternos. Alguns de seus principais representantes, como Gayatri Spivak e Ranajit Guha, objetivavam dar voz aos sujeitos subalternos e desconstruir a “prosa colonial” de uma Índia colonizada pelo poder britânico.

⁴ Nos textos que tratam da colonialidade, aparecem tanto o termo decolonial quanto descolonial. Catherine Walsh (2013) explica que ao remover o “s” pretende marcar uma distinção do significado espanhol do “des”, que em sua visão pode ser compreendido como simplesmente dismantelar, revogar ou reverter o colonialismo. Ou seja, do colonial ao descolonial, de forma que os padrões coloniais deixassem de existir. Dessa maneira, ela visa demonstrar porque defende o termo decolonial, já que defende não haver um estado de ausência de colonialidade. Sendo assim, o decolonial indica um caminho de luta constante em que “lugares” de exterioridade e de construções alternativas podem ser identificados, visibilizados e incentivados. Utilizamos o *descolonial* de forma política, a partir da definição de Grada Kilomba (2019). Não o entendemos apenas como uma forma de superação do colonialismo, mas como uma ferramenta política, epistemológica e social, para a construção de relações sociais voltadas para a superação das opressões e estruturas racistas que constituem o nosso país e o mundo. Em especial, em relação à invisibilidade forçada de intelectuais negros e indígenas nos espaços de saber, como universidades, e a ausência em espaços de poder e decisão. Contudo, é importante salientar que o debate em torno dos termos “decolonial” ou “descolonial” é relevante e deve ser aprofundado conforme as ideias e discussões tornam-se mais presentes na literatura acadêmica brasileira.

Contudo, esse grupo é constituído em boa parte por homens brancos e uma mulher branca, refletindo a ausência de pesquisadores negros em sua configuração, além de não fazerem referências a autores e autoras negras brasileiras, portanto, latino-americanos, que antes de suas produções já se propunham contra-coloniais.

Dito isto, nos apoiamos na crítica recente da intelectual Grada Kilomba (2019) e o seu esforço para provocar a importância de descolonizar a academia e fazer ser ouvidas as vozes de intelectuais negras e negros a partir de seu lugar de conhecimento. Em *Memórias da Plantação* (2019), Kilomba questiona a neutralidade acadêmica defendida pelo *sujeito universal*, ou seja, o *sujeito branco*. Referenciada em autores pós-coloniais, ela reflete sobre o espaço acadêmico:

historicamente, esse é um espaço onde temos estado sem voz e onde acadêmicas/os brancas/os tem desenvolvido discursos teóricos que formalmente nos construíram como a/o “*Outras/os*” inferior, colocando africanas/os em subordinação absoluta ao *sujeito branco*. Nesse espaço temos sido descritas/os, classificadas/os, desumanizadas/os, primitivizadas/os, brutalizadas/os, mortas/os. Esse não é um espaço neutro. Dentro dessas salas fomos feitas/os *objetos* de “discursos estéticos e culturais predominantemente brancos”, mas raras vezes fomos os *sujeitos* (KILOMBA, 2019, p. 50-51).

A autora reivindica para o negro o lugar de sujeito e não mais de objeto e enfatiza que não é que as(os) sujeitas(os) negras(os)

não tenham falado, mas que graças ao sistema racista essas vozes são frequentemente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido ou representadas por pessoas brancas que se tornam “especialistas” na cultura negra e no próprio negro. Para Kilomba (2019), esse silenciamento nas universidades configura-se violência.

A filósofa e ativista brasileira Sueli Carneiro (2005) entende que essa violência possui nome e ela é chamada de epistemicídio, que ocorre “pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento” (Carneiro, 2005, p. 97).

A própria Ciências Sociais, como área de conhecimento que nasce no berço da modernidade, possui tensões no que diz respeito ao reconhecimento do pensamento negro e cumpriu papel fundamental no reforço da polaridade Europa como centro e resto do mundo.

A polaridade *West/Rest* encontra-se também na base da narrativa histórica adotada pelas ciências sociais modernas e pela sociologia, em particular. Trata-se de uma grande narrativa centrada no Estado-nação “ocidental” e que reduz a história moderna a uma ocidentalização paulatina e heroica do mundo, sem levar em conta que, pelo menos desde a expansão colonial no século XVI, diferentes “temporalidades e historicidades foram irreversíveis e violentamente juntadas” (COSTA, 2006, p. 119-120).

Costa (2006) também reforça que Hall não atribui a responsabilidade pelos colonialismos e imperialismos às Ciências Sociais modernas, mas aponta como as disciplinas desse campo reproduzem a perspectiva colonial, ao alimentar e legitimar o modelo dominante de representação entre Europa e o resto do mundo. Nesse sentido, a questão histórica é cara para o pensamento pós-colonial por ter sido uma das estratégias da modernidade, de afirmação de poder sobre o resto do mundo, de construção de uma narrativa legitimada como história mundial a partir da Europa e de seus acontecimentos históricos, não reconhecendo acontecimentos coexistentes em outras partes do mundo.

Reconhecer outros saberes e outros conhecimentos como legítimos é compreender que não houve uma história única de mundo, na qual as “conquistas” europeias e estadunidenses são frequentemente enaltecidas como heroicas e o pensamento localizado em suas geografias são estabelecidas como únicas validadas, como podemos observar na crítica de Edward Said em seu livro *Orientalismo*. O autor apresenta o movimento simbólico pelo qual a Europa e os Estados Unidos criaram narrativas estereotipadas e negativas do Oriente Médio de forma binária e maniqueísta, de um lado os heróis, civilizados (ocidente), do outro os não civilizados, primitivos e perigosos (oriente). Reconhecer e tornar acessível outros conhecimentos é possibilitar ver o mundo de forma pluralizada.

Tavolaro (2005) acredita que a modernidade na globalização põe em xeque a hierarquia centro/periferia, que está presente no discurso hegemônico da sociologia da modernidade. Ainda que as sociedades modernas centrais sejam legitimadas como “iniciadoras históricas” da modernidade, com a globalização elas não possuem o *status* de propagadoras e disseminadoras exclusivas da sociabilidade moderna. Sendo assim, é um equívoco encarar as “sociedades modernas tardias” como receptoras passivas de formas de vida e concepções de mundo modernas.

É, pois, a ideia de contingência que deve orientar esforços interpretativos, não da suposta “semi-”, “periférica” ou “singular modernidade brasileira”, mas sim da “modernidade no Brasil”. Assim sendo, a alternativa que proponho para o dilema sociológico brasileiro demanda, antes de tudo, um esforço analítico por meio do qual as diversas combinações e transformações por que passou (ou porventura poderá vir a passar) a sociedade brasileira (tanto quanto as chamadas “sociedades modernas centrais”) sejam devidamente apreendidas e consideradas. Demanda, em segundo lugar, a consideração de tais transformações não como derivações de uma suposta herança cultural ou posição econômica no cenário econômico internacional, mas, sim, como decorrentes de disputas entre projetos e demandas que competem entre si pela direção da organização social, política, econômica e normativa e que trazem em seu seio concepções variadas do padrão de sociabilidade a ser institucionalizado (Tavolaro, 2005, p. 16).

Em estudo mais recente, Tavolaro (2017) aponta que diversas literaturas, a partir de diferentes perspectivas, vêm apresentando críticas importantes à modernidade e aos cânones da sociologia hegemônica, o que ele nomeia de “experiências não-modelares”. Dentro desse quadro, cita: a modernidade global (Domingues, 2003; Schmidt, 2012), as modernidades múltiplas (Eisenstadt, 2000; 2010; Göle, 2000), a pós-colonialidade (Bhabha, 2010; Chakrabarty, 2000), as epistemologias do Sul (Sousa Santos, 2009) e a decolonialidade do saber/poder (Dussel, 2005; Mignolo, 2000), sendo alguns destes já citados nesse trabalho.

Contudo, com o histórico devastador que a modernidade impôs ao mundo, destruindo vidas de forma física e simbólica, apagando culturas e conhecimentos plurais, por que reivindicar a modernidade? Como afirma Achille Mbembe (2018, p. 5), “a modernidade esteve na origem de vários conceitos de soberania — e, portanto, da biopolítica”, definindo não europeus como não humanos, portanto, destituídos de razão, corpos destinados à política de morte. No contexto da modernidade, o corpo negro não possui o direito de exercer a sua liberdade, já que “a razão é a verdade do sujeito, e a política é o exercício da razão na esfera pública. O exercício da razão equivale ao exercício da liberdade, um elemento-chave para a autonomia individual” (Mbembe, 2018, p. 10).

O filósofo camaronês ainda afirma que “qualquer relato histórico do surgimento do

terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica” (Mbembe, 2018, p. 27). Deste modo, reitero a pergunta: por que reivindicar a modernidade? Será que não seria confortável, para um determinado padrão de sujeito, a permanência desse *modo mundo* em detrimento da vida de outros *modos mundo*?

No Brasil atual, o líder indígena Ailton Krenak nos provoca a pensar em como “adiar o fim do mundo” (2019); como criar estratégias para sobreviver a esse mundo capitalista que está sucumbindo e que continua a destruir formas de vidas diferentes, consideradas sub-humanas desde os tempos da invasão portuguesa. Também enfatiza que devemos ser críticos a uma ideia de humanidade homogênea, que nos direciona para o consumo e nos afasta da terra, identificando a terra como um recurso e não como parte de nós.

Como caminho para a resistência, Krenak se aproxima da ideia de tempo espiralar de Leda Maria Martins, ao buscar respostas para a luta de hoje na ancestralidade. “Vi as diferentes manobras que os nossos antepassados fizeram e me alimentei delas, da criatividade e da poesia que inspirou a resistência desses povos” (Krenak, 2019, p. 28).

3. Contexto brasileiro e as Ciências Sociais

O Brasil tem sido observado e estudado na área das Ciências Sociais principalmente

por duas perspectivas ao longo dos anos, como apresenta o sociólogo Sérgio Tavolaro (2005). De um lado, a sociologia da herança patriarcal-patrimonial, representada por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro e Roberto Da Matta; do outro, a sociologia da dependência, constituída pelo pensamento de Caio Prado Jr., Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes e Otávio Ianni.

De acordo com Tavolaro (2005), a sociologia patriarcal-patrimonial, principalmente através dos escritos de Gilberto Freyre e o conceito de antagonismo harmônico entre as três raças, deu suporte para o que hoje entendemos como democracia racial. Essa ideia romântica de harmonia das raças no Brasil foi incansavelmente alvo de críticas de pensadores negros, como Abdias Nascimento, Guerreiro Ramos, Lélia Gonzalez e outros. Ou seja, por parte dos autores da sociologia da herança patriarcal-patrimonial, a maneira romantizada de retratar a constituição da população brasileira já vêm sendo contestada por outras perspectivas há algum tempo. A defesa dos costumes comportamentais e culturais portugueses no país foi fundamental para a política de embranquecimento no Brasil e legitimada por esses intelectuais.

As duas correntes citadas abordam, de formas distintas, a estrutura social, política e econômica do Brasil a partir da relação de Portugal e de seus costumes em terras brasileiras, mesmo após a colonização. A dominação cultural e de sociabilidade eurocêntrica nos moldes

de *pater famílias* é exaltada na sociologia da herança patriarcal-patrimonial, romantizada e naturalizada por autores como Gilberto Freyre, assim como a relação de subordinação da política externa é foco da sociologia da dependência, ao olhar mais para fora do que para dentro do país e impedir o conhecimento de outras possibilidades de modos de organização social.

Para Tavolaro (2005), ambas correntes tratam o Brasil como uma modernidade não acabada, confinando-a na periferia ou como uma “modernidade peculiar” aos modos de Florestan Fernandes.

Por um lado, afirma-se que nosso passado diverge de maneira por demais substantiva do contexto cultural, normativo e simbólico em que emergiu e se consolidou o padrão de sociabilidade hoje predominante naquelas “sociedades centrais”; por outro, postula-se que nossa inalterada condição de dependência econômica estrutural jamais deixou de ser um obstáculo à total integração do Brasil no seleto clube dos países modernos centrais (Tavolaro, 2005, p. 6).

Nesse sentido, é importante refletir sobre como essas perspectivas foram a base legitimada no pensamento social do país, sendo ignorado nas universidades outras perspectivas e impossibilitando, deste modo, que outras visões pudessem contribuir para uma análise das relações sociais que estruturam nossa sociedade, a exemplo dos debates sobre gênero, raça e classe que estão diretamente ligados a constituição histórica do Brasil, mediante processo de colonização e toda a exploração de

mão de obra escrava, sexual etc., que possui impacto até os dias atuais.

A socióloga e antropóloga Nilma Lino Gomes⁵, atuante na luta antirracista no Brasil e ex-ministra do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (2015-2016) no governo da ex-presidenta Dilma Rousseff, defende que é presente uma perspectiva negra decolonial no Brasil. Já discutimos a origem do conceito “decolonial” neste texto, que parte de uma produção teórica predominantemente branca, mas gostaríamos de considerar o importante movimento dado pela socióloga, ao reivindicar que as vozes de autores negros brasileiros sejam ouvidas na academia.

Gomes (2018) propõe a mudança dos currículos na rede básica e superior de educação no Brasil:

[...] nesse caso, cabem as perguntas: teremos sempre que nos reportar aos mesmos autores e aos mesmos clássicos para interpretar e compreender a nossa realidade? Será que, paralelamente ao que acostumamos chamar de “clássicos” e que compõem o cânone acadêmico, não tivemos outras produções de caráter mais crítico e analítico que, por diversos motivos e até pela luta por hegemonia no campo do conhecimento, foram esquecidos, invisibilizados e relegados ao ostracismo? Como seria a nossa interpretação do mundo atual e dos fatos já acontecidos se retomássemos essas obras, hoje, numa postura decolonial? (Gomes, 2018, p. 232)

Considerando o saber como ferramenta de poder, não podemos acreditar ser uma coincidência que os autores que construíram essas reflexões sobre o país eram homens, brancos e de classe abastada. E ao observarmos o Brasil apenas pela perspectiva dessas visões de mundo, na qual a afirmação e a reafirmação de modos eurocêntricos são destacados, dificilmente seria possível olhar para dentro e conhecer formas múltiplas de organizações sociais existentes no nosso território.

É uma imprecisão não reconhecer que as vozes subalternas não possuíram agência, não escreveram suas teorias e histórias, ou pensar que não reagiram aos processos de dominação diversos. É possível afirmar que o silenciamento dessas vozes é a base de uma estrutura que opera para cada vez mais empurrá-los rumo à periferia, para a margem, e que é ativa e reflete também no interior das instituições de ensino quando deixamos de ter acesso a outras epistemes para além do que se é legitimado como cânone. Para retomar um diálogo com as feministas negras, Grada Kilomba chama a atenção:

[...] nesse contexto de marginalização, ela argumenta, mulheres *negras* e homens *negros* desenvolvem uma maneira particular de ver a realidade: tanto “de fora para dentro” quanto de “dentro para fora”. Focamos nossa atenção tanto no centro como na margem, pois a nossa sobrevivência depende dessa consciência. Desde o início da escravização, nos tornamos especialistas em “leituras psicanalíticas do outro

⁵ Vejo importância em destacar a atuação política da autora, por entender que é presente no trabalho de muitos intelectuais negros a intersecção teoria e prática como fundamental em suas trajetórias.

branca/o”, e em como a supremacia *branca* é estruturada e executada. Em outras palavras, somos especialistas em branquitude crítica e em pós-colonialismo (Kilomba, 2019, p. 67-68).

Para essas intelectuais, a margem é um local de resistência, de possibilidade, de transformação, de imaginação de mundos alternativos e de novos discursos. No Brasil, a experiência da resistência dentro de uma realidade opressora é presente desde os primeiros dias de invasão, com os povos indígenas e o povo negro, do quilombo às favelas (Nascimento, 2018), sempre renovando os passos para o futuro, referenciando-se no passado e nos ensinamentos dos que resistiram antes. Não há romantismo nesse exercício, como nos alerta hooks, mas o simples reconhecimento da margem como uma posição complexa que incorpora mais de um local, seja de repressão ou de resistência. “Ambos os locais são sempre presentes porque *onde há opressão, há resistência*. Em outras palavras, a opressão forma condições de resistência” (Kilomba, 2019, p. 68-69).

As epistemes apresentadas até aqui possuem importante contribuição para que possamos acessar bibliografias que não são tão contemporâneas assim, mas que de maneira proposital foram esquecidas em detrimento aos ditos clássicos europeus e estadunidenses, ou pensadores brasileiros que de algum modo reforçaram a leitura social do país por meio dessas óticas externas ocidentais. Dentro desse contexto, compreendemos que

observar o Brasil por meio de uma perspectiva negra descolonial é um horizonte importante para o entendimento da situação histórica-social do país e para de fato ocorrer mudanças políticas e econômicas em nossa sociedade.

A partir da próxima seção destacaremos alguns teóricos negros brasileiros que há muito já propunham reflexões importantes sobre a situação social brasileira e o que nos impede de obter melhorias reais para o país.

4. A contribuição de autoras(es) negras(os) para a teoria social brasileira

É importante a lembrança de Nilma Lino Gomes sobre a presença de autoras(es) e negras(os) na produção intelectual do Brasil desde muito tempo, e como os trabalhos destes transitavam entre teoria e *práxis* nas universidades e no movimento negro, mais especificamente no Movimento Negro Unificado (MNU). Intelectuais que em seus trabalhos apresentam um pensamento engajado e comprometido com uma leitura antirracista do Brasil.

A perspectiva negra decolonial brasileira é a que busca e coloca outras narrativas no campo do conhecimento e do currículo, que dá legitimidade aos saberes acadêmicos, políticos, identitários e estético-corpóreos negros. É aquela que dá relevância aos saberes e às práticas afro-brasileiros emaranhados em todos nós, inclusive nas pessoas brancas, nos vários grupos de imigrantes e seus descendentes e nos povos indígenas brasileiros (Gomes, 2018, p. 245).

Apesar da autora observar um diálogo de autores negros compatível com a proposta da

corrente decolonial, aqui nossa intenção não é enquadrar esses autores na mencionada corrente, mas chamar a atenção para a importância de olhar criticamente para o modo como as ementas dos cursos de Ciências Sociais nas universidades brasileiras permanecem fazendo manutenção do apagamento do pensamento negro para ler o Brasil.

É fundamental para o entendimento de nossa sociedade trazer para o interior de nossos estudos sobre as relações sociais o que as vozes negras e indígenas tem a dizer sobre o país. O Brasil ainda se encontra amparado na herança colonial em seu modo de organização, quando identificamos que a política mantém fortes relações coronelistas, com dinastias ocupando cargos públicos por décadas, com poderes de decisão e fazendo manutenção de suas riquezas, servindo a grandes fazendeiros e empresários. Além disso, é possível observar a precarização do trabalho sendo relegado para pessoas negras, o sucateamento das escolas públicas, o racismo religioso, epistêmico, o extermínio dos povos indígenas e outras inúmeras questões caras aos povos que aqui habitam.

Deste modo, a inserção da bibliografia de autores negros como leitura obrigatória nos currículos é importante para avançarmos enquanto sociedade, autores esses que sempre chamaram a atenção para o fato que o atraso do Brasil se encontra na manutenção do colonialismo. O atraso é entendido como um país que não considera como ponto central de mudanças a educação para todos e que ainda

mantém uma lógica colonial em sua organização social, uma vez que é lucrativo para os herdeiros da colonialidade e os mantêm no mesmo *status* de poder que os seus ancestrais no passado ocuparam às custas da exploração do povo negro brasileiro.

Na América Latina, territórios e sociedades construídas por meio da modernidade e da colonialidade utilizaram do racismo e do sexismo como justificativa para a exploração da mão de obra escrava de povos negros e indígenas, da exploração sexual de mulheres e de meninas negras e indígenas, dentre outras violências. Entender a sociedade brasileira fora da perspectiva de raça, gênero e classe, ou seja, interseccionalmente, é desconsiderar um passado ainda muito presente em nossa estrutura social, e o papel das Ciências Sociais é contribuir para o avanço de estudos que fortaleçam o desenvolvimento de uma sociedade justa e que possa ter espaço para todos os povos que a constroem.

Os sociólogos Ângela Figueiredo e Ramon Grosfoguel (2007) discutem o apagamento da memória das novas gerações em relação à contribuição acadêmica de autores negros, do que eles chamam de “política do esquecimento”. Também questionam a raridade, ou mesmo a ausência, desses autores nas bibliografias dos cursos universitários, como nas Ciências Sociais, e como é possível observar em grande parte dos cursos de outras áreas. Nesse contexto, os autores argumentam “por que não Guerreiro Ramos?”, sociólogo

negro e nordestino que refutava a sociologia produzida para o entendimento do negro como um problema no Brasil, o que ele denominou de “o problema dos negros brasileiros” (Figueiredo; Grosfoguel, 2007).

Como afirma Joaze Bernardino-Costa:

[...] ser considerado um problema, para Guerreiro Ramos, era consequência de uma sociologia inautêntica, que transpunha literalmente conceitos e expectativas forjadas na Europa e os adotavam acriticamente no Brasil. Em outras palavras, “o problema do negro” era produzido por uma sociedade que queria ser branca. Esse desejo de brancura da sociedade brasileira era apreendido por Guerreiro Ramos na tradição socioantropológica brasileira, que fornecia verdadeiro material clínico de um estado psicológico patológico. Daí a necessidade de expurgar a sociologia e a antropologia de clichês conceituais mediante a confrontação desses conceitos com a realidade fática (Bernardino-Costa, 2018, p. 250).

Guerreiro Ramos é direto em suas críticas a uma sociologia brasileira que se propunha excludente com relação aos negros, e define a busca pelo embranquecimento do Brasil como uma “patologia social do branco brasileiro”. Desde a década de 1950 já tecia críticas quanto aos estudos sob uma perspectiva canônica eurocêntrica e estadunidense. O debate que o sociólogo aponta também antecede ao que hoje chamamos de branquitude⁶ e provoca o questionamento do porquê da ausência de

autores como ele nas bibliografias obrigatórias, quando seu pensamento se faz tão atual para uma análise do Brasil.

Foi uma minoria de “brancos” letrados que criou esse problema, adotando critérios de trabalho intelectual não induzidos de suas circunstâncias naturais diretas. Nestas condições, reconhece-se hoje a necessidade de reexaminar o tema das relações de raça no Brasil, dentro de uma posição de autenticidade étnica (Ramos, 1995, p. 236).

Bernardino-Costa identifica pelo menos três correntes para discutir as relações de raça no Brasil. A primeira foi a crítico-assimilacionista ou autonomista, composta por Sylvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Vianna. Apesar de reforçar preconceitos e hierarquias raciais elaboradas por cientistas europeus, ao desenvolverem seus próprios pensamentos, resistiram à tentativa de pretificar o negro no Brasil, tratando-o como brasileiro.

A segunda corrente, a monográfica, foi composta por Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Gilberto Freyre, autores os quais teceu críticas mais severas, como exemplo da sociologia enlatada e inautêntica, por não refletir sobre a realidade nacional a partir da intencionalidade e de categorias nacionais. Configurando-se, então, como cónsules da expansão cultural

⁶ Atualmente, o conceito de branquitude vem sendo discutido no Brasil pelo historiador Lourenço Conceição Cardoso, pela psicóloga Cida Bento e outros. Grada Kilomba também discute o conceito de branquitude em seu livro *Memórias da plantação* (2019).

européia e norte-americana no Brasil (Bernadino-Costa, 2018).

Por último, a tratar das relações de raça no Brasil, representada pelo Teatro Experimental do Negro (TEN) e construída pelo dramaturgo, ator e político Abdias Nascimento. Nessa perspectiva, o negro não seria tratado mais como um problema ou objeto, e sim como sujeito por meio de uma sociologia engajada e militante (Bernadino-Costa, 2018).

Marcado pela teoria e pela *práxis* negra, o trabalho desenvolvido pelo TEN foi fundamental para a reflexão sobre a população negra no Brasil. Esse grupo foi responsável pela criação do jornal *Quilombo*, em que os textos importantes sobre a situação do negro foram publicados e realizaram diversos eventos, dentre eles o I Congresso do Negro Brasileiro (1950) e a Convenção Nacional do Negro (1945-1946), que resultou na proposta de políticas públicas para a população negra, apresentada à Assembleia Nacional Constituinte de 1946 (Nascimento, 2019).

A produção de Abdias Nascimento é fundamental na contribuição de estudos em uma perspectiva negra. Contemporâneo de Guerreiro Ramos, também lançou críticas à política de branqueamento no Brasil e a valorização desta por parte de alguns sociólogos brasileiros. Nascimento (2019) definiu o branqueamento como parte do genocídio contra a população negra, e tanto mais eficaz quando sabemos que tal política assume em sua

prática formas tão sutis e disfarces de benevolência capazes de enganar as próprias vítimas.

Além da produção científica crítica sobre como o negro era tratado por sociólogos brasileiros não-negros, é de sua autoria um de seus conceitos mais importantes, o Quilombismo. Para Abdias, a sociedade quilombola representa uma etapa no progresso humano sociopolítico em termos de igualitarismo econômico.

O Estado Nacional Quilombista tem sua base numa sociedade livre, justa, igualitária e soberana. O igualitarismo democrático quilombista é compreendido no tocante a sexo, sociedade, religião, política, justiça, educação, cultura, condição racial, situação econômica, enfim, todas as expressões da vida em sociedade. O mesmo igualitarismo se aplica a todos os níveis do poder e de instituições públicas e privadas (Nascimento, 2019, p. 305).

Nascimento já se propunha interseccional ao observar questões não somente de raça, mas de classe e de gênero desde 1980. É mediante estudo deste intelectual negro que podemos refletir sobre outros modos de organização social, e não apenas os herdados pela colonialidade e expressados nas correntes anteriormente discutidas neste trabalho, a patriarcal-patrimonial e a sociologia da dependência. A partir da perspectiva do autor, é possível observar o Brasil também por outros modos de organização e entender qual a sua contribuição e influência na sociedade, bem como as possibilidades para um país que ainda ras-teja em uma estrutura que não avança.

Nesse sentido, invoco o pensamento da historiadora Beatriz Nascimento, que também contribuiu para o estudo do quilombo enquanto sistema social alternativo organizados pelos negros no Brasil, observando o passado no período colonial, até as favelas e escolas de samba, e o conceito de quilombo como uma ideologia para a formação crítica do negro. Foi alvo de seus estudos a defesa de “uma história feita por mãos negras” (Nascimento, 2021), crítica sobre a forma como o povo negro aparecia na história escrita nos livros dita oficial, sempre em lugar de mão de obra escrava e jamais como parte essencial da construção do país.

Beatriz, por sua vez, também lançou críticas a uma intelectualidade branca que se recusa a entender o negro não como um problema, mas como cidadão brasileiro:

[...] se algum intelectual branco estiver interessado em saber, nós só podemos ser compreendidos na medida em que ele perca o complexo de inferioridade que possui em relação à Europa ou aos Estados Unidos (para não dizer que o brasileiro tem complexo em relação a todo o mundo; uma de suas maiores aspirações é ser estrangeiro, e de língua francesa) e nos encare como nós somos, isto é, aceite-se, tendo se misturado conosco, tendo usufruído de todos os nossos bens, aceite ser parte de nós, ter sido alimentado, amado e defendido por nós, aceite ter negado na prática sua moral, sua religião, sua cultura dormindo conosco na cama, amamentado por nossas mulheres, defendido e instruído por nossos homens. Aceite-se sem culpa, sem preconceitos.

Aceite-se tão miserável quanto seus escravos, tão faminto quanto eles, tão “inculto” quanto eles (ou mais), talvez assim alguma coisa de nós possa ser útil para a compreensão de sua sociedade em crise (Nascimento, 2021, p. 51).

Essa reflexão da historiadora se apresenta importante para refletirmos a necessidade de um olhar crítico sobre a formação da nossa sociedade, a “negação do Brasil”, parafraseando o cineasta e pesquisador negro Joelzito Araújo (1999), no que diz respeito ao não reconhecimento e a recusa da contribuição dos africanos e seus descendentes, com o intuito da valorização do embranquecimento da população brasileira a todo custo. A “política do esquecimento” também não poupou o trabalho de Beatriz Nascimento, que apenas recentemente vem tendo suas pesquisas reunidas e publicadas em livros com esforço de familiares, pesquisadores e coletivos negros, pois durante anos foi relegada à invisibilidade nas bibliografias das universidades e sendo somente incluída por meio do esforço de docentes e discentes interessados nas questões raciais sob a perspectiva de intelectuais negros.

Por último e não menos importante, fundamental no entendimento do Brasil sob uma perspectiva negra, destacamos a contribuição da antropóloga e filósofa negra Lélia Gonzalez, que deixou importantes reflexões do ponto de vista interseccional. Gonzalez (2020) somou coro aos autores negros citados anteriormente na crítica à política de embranquecimento no Brasil, chamando a atenção para a valorização

da imigração europeia e a intenção do governo brasileiro de se tornar um país branco por meio da miscigenação.

Em seu importante discurso em reunião no Anexo II do Senado Federal, da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes (na linguagem atual, pessoas com deficiência) e Minorias, realizada em abril de 1987, a autora afirma:

[...] o Brasil foi o único país que rejeitou o imigrante não branco, porque o propósito fundamental era transformar este país num país capaz de chegar à civilização. O que significa isso? Significa que a ideologia dominante da sociologia brasileira, no final do século XX até os anos 1930, embora essa ideologia se perpetue até os dias de hoje, era justamente embranquecer a sociedade brasileira, dar uma injeção muito grande no sentido da transformação física da população brasileira (Gonzalez, 2020, p. 245-246).

É evidente o diálogo entre as reflexões dos autores negros aqui destacados no que diz respeito à crítica, à forma como se pretende a sociedade brasileira por uma perspectiva moderno colonial, à preservação e à manutenção dos padrões de sociedades europeias e a outros métodos da política do embranquecimento. Não é possível ignorar a ferida aberta e profunda que o racismo desenvolveu em nosso país e romantizar as relações de opressão, pois só reforça a manutenção do privilégio de poucos. Para a filósofa, corroborando com o pensamento de Abdias Nascimento e o conceito de quilombismo, o projeto nacional deve ser

focado na democracia, igualitário a todas as suas partes. Ou seja, uma nação que pode acomodar muitas formas de saberes, consciência, identidade, cultura etc. (Gonzalez, 2020).

Esse breve apontamento dos pensamentos de alguns intelectuais, que desde 1950 já apontavam a necessidade de um estudo sobre o negro no Brasil sob uma perspectiva negra, é realizada na intenção de argumentar a existência de bibliografia fundamental e que deveria para a teoria social, principalmente no contexto político dos últimos anos, ser leitura obrigatória nos cursos de Ciências Sociais e de outras áreas nas universidades brasileiras.

Os autores brasileiros apresentados tiveram seus trabalhos marcados por teoria e práxis, transitando entre a academia e o interior dos movimentos negros. Além de teorizar sobre a situação do negro brasileiro, vivenciaram na prática essa situação e atuaram para colher mudanças necessárias. Beatriz Nascimento, em 1970, atuou na construção do Grupo de Trabalho André Rebouças, fundado por ela e por outros colegas, na Universidade Federal Fluminense (RJ), além de ter contribuído com a produção do filme *Orí* (1989), com texto e narração da historiadora acerca de sua vida pessoal, com o conceito de quilombo e do movimento negro brasileiro, dirigido pela cineasta Raquel Gerber.

Abdias Nascimento criou o TEN, que foi fundamental não só para a teorização e o estímulo de debates sobre a situação social da população negra, como também

contribuiu para a formação de grandes atores e atrizes que realizaram mudanças importantes no que diz respeito a representação do negro no teatro, no cinema e na TV nacional. A contribuição de Guerreiro Ramos no TEN também merece destaque, ao escrever artigos para o jornal Quilombo.

A forte atuação de Lélia Gonzalez no MNU, indo às ruas e vivenciando a dura luta por sobrevivências de homens, mulheres e crianças negras em um país que não promove políticas que de fato possa incluir essa população nas estruturas de poder e decisão, também deve ser lembrada e até hoje inspira diversos grupos de estudos nas universidades públicas e muitas mulheres negras a continuar em luta pela vida de suas famílias e a sua existência.

As discussões dos autores citados certamente são importantes contribuições para a compreensão das relações sociais no Brasil, mas podemos destacar outros nomes igualmente importantes: o historiador Clóvis Moura, o geógrafo Milton Santos, a psicanalista Neusa Santos Souza, os sociólogos Muniz Sodré e Eduardo Oliveira e Oliveira, Antônio Nego Bispo e tantos outros que desenvolvem e desenvolveram pensamentos importantes para pensar o Brasil.

Nesse sentido, por que não os incluir nas leituras obrigatórias dos cursos de Ciências Sociais?

5. Considerações finais

O objetivo deste artigo foi reunir algumas reflexões a respeito de um debate relevante, atual e caro para as Ciências Sociais brasileiras. Uma discussão que há muito tempo possui vozes críticas no interior das universidades e posicionada nos movimentos sociais por meio do exercício da teoria e da *práxis* de intelectuais negros comprometidos com a luta antirracista. Deixamos o questionamento, por que esses autores não são inclusos como possibilidade de ampliação de perspectivas sobre o Brasil na teoria social e por sua contribuição para a elaboração de análises que problematizam as reverberações impostas pela experiência da modernidade colonial na América Latina? Como discutido, a sociologia hegemônica brasileira, como as correntes patriarcal-patrimonial e da sociologia da dependência, desconsiderou questões essenciais do nosso contexto histórico e a dinâmica estrutural entre raça, gênero e classe.

Visualizamos, um longo caminho de discussões, pesquisas e atuação na área acadêmica para o processo de descolonização das bibliografias e o combate a “política do esquecimento” que ainda flutua na estrutura embranquecida das universidades públicas. É necessário destacar os esforços de docentes e de discentes negros, indígenas e não-negros comprometidos com a luta antirracista, a exemplo de ações de extensão ou disciplinas optativas com bibliografias descoloniais.

Nesse sentido, podemos citar o trabalho da professora e filósofa Kátiuscia Ribeiro,

coordenadora Geral do Laboratório de Africologia e Estudos Ameríndios Geru Maã e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Filosofia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Também é o caso do sociólogo e professor do curso de graduação de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, Marcelo Rosa, que como estratégia de inserção dessas bibliografias oferta a disciplina “Sociologias emergentes”. Bem como a disciplina optativa “Relações Racializadas e Etnicizadas, Preconceito e Imaginário”, ministrada pelos professores Petrônio José Domingues e Romero Venâncio, no curso Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe, apresentando durante o curso vários intelectuais negros brasileiros, suas biografias e pensamentos. Além do curso de extensão online “Vozes Negras na Antropologia”,

ministrada pelo professor Messias Basques, atualmente realizado pela Unifesp.

Contudo, apesar de docentes buscarem diversas estratégias, essas essenciais bibliografias permanecem na periferia acadêmica, não constando nas disciplinas obrigatórias e seleções de mestrados e doutorados. A importância de tornar essas leituras obrigatórias nos currículos é para que de fato o acesso a outros modos de produção de conhecimento aconteça, e que gradualmente possamos perceber as mudanças reais e eficazes nesse processo de descolonização do conhecimento. Esse movimento pode ser um importante impulso para que possamos entender o Brasil por outros horizontes, neste sentido, por uma perspectiva negra descolonial e consequentemente causar reverberações políticas na sociedade, atravessando os muros das universidades a partir da teoria e da *práxis*.

Referências

ARAÚJO, Joelzito Almeida de. **A negação do Brasil: identidade racial e estereótipos sobre o negro na história da telenovela brasileira**. 1999. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo-ECA, São Paulo, 1993.

BALLESTRIN, Luciana. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo perdido do Giro Decolonial. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 60, n. 2, p. 505-540, 2017.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Convergências entre intelectuais do Atlântico Negro: Guerreiro Ramos, Frantz Fanon e Du Bois. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 247-268.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo-FEUSP, São Paulo, 2005.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, p. 117-134, 2006.

FIGUEIREDO, Ângela; GROSGOUEL, Ramón. Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras. **Ciência e Cultura**, v. 59, n. 2, p. 36-41, 2007.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 223-246.

GONZALEZ, Lélia. **Discurso na constituinte**. *In*: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

MARTINS, Leda Maria. **Performance do Tempo Espiral: poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo: documentos de uma militância Pan-Africanista**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

ORÍ. Direção de Raquel Gerber. Brasil: Estelar Produções Cinematográficas, 1989. 1 vídeo (131 min).

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução à sociologia crítica brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

SAID, Edward Wadie. **Orientalism**. NY: Vintage Books, 1978.

TAVOLARO, Sérgio Barreira de Faria. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 5-22, 2005.

TAVOLARO, Sérgio Barreira de Faria. Retratos não-modelares da modernidade. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 1115-1141, 2017.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales Tomo I: prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir**. Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.